

OS SENTIDOS DO POVOAMENTO: ASPECTOS DA OCUPAÇÃO TERRITORIAL DE MINAS GERAIS

RICARDO LUIZ DE SOUZA

Doutor em História pela UFMG. Professor da UNIFEMM -

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE SETE LAGOAS

E-mail: riclsouza@uol.com.br

Resumo

O objetivo desse trabalho é definir algumas diretrizes que nortearam as etapas iniciais do processo de povoamento de Minas Gerais, definindo seus antecedentes e analisando alguns episódios fundamentais que determinaram seu rumo. A busca por metais preciosos revelou-se uma preocupação já nos primórdios da colonização, mas havia sido, até o final do século XVII, pouco produtiva. A descoberta de reservas de ouro em grande escala no novo território gerou um processo de povoamento baseado na imigração maciça e desordenada, que fez surgir novas cidades e definiu todo um novo padrão de ocupação territorial. Sem a preocupação de ser exaustivo, o texto visa, antes, sintetizar o processo de povoamento que levou à criação da capitania de Minas Gerais a partir do estudo de seus antecedentes e suas características. E tem, ainda, como objetivo, colocar em relevo alguns personagens e episódios representativos em relação ao período histórico em questão.

PALAVRAS-CHAVE: OURO, MINAS GERAIS, COLÔNIA.

Abstract

My objective is to define some lines of direction that had guided the initial stages of the process of settlement of Minas Gerais, having defined its antecedents and being analyzed some basic episodes that had determined its route. The search for precious metals shows a concern already in the primordial of the settling, but it had been, until the end of century XVII, little productive. The discovery of large-scale gold reserves in the new territory generated a process of settlement based on the massive and disordered immigration, that made to appear new cities and all defined a new standard of territorial occupation. Without the concern of to be exhausting, the text it aims at, before, to synthesize the settlement process that took to the creation of the captainship of Minas Gerais from the study of its antecedents and its characteristics. E has as objective, still, to place in relief some and representative personages and episodes in relation to the historical period in question.

KEY WORDS: GOLD, MINAS GERAIS, COLONY.

I

Antes do sonho do ouro, que iria tornar-se realidade, houve a miragem da prata, que jamais se realizou e tornou-se uma obsessão dos colonizadores à medida que grandes descobertas ocorriam na América Espanhola; ecos do prestígio de Potosi, motivo de inveja e frustração dos portugueses. Mas a busca das minas de prata levaria ao desencanto, a ponto de, em 1618, Ambrósio Fernandes Brandão concluir, resignado, que “ouro, prata e pedras preciosas são somente para os castelhanos, e que para eles os reservou Deus” (Brandão, s.d., p.47).

Sérgio Buarque ressalta, em seu texto clássico sobre o tema, a inexistência do elemento fantástico referente a regiões imprecisas e carregadas de metais preciosos nos textos quinhentistas portugueses (Holanda, 1977, p.34). E menciona, ainda, “o pouco estímulo que exerciam sobre os paulistas da época os rumores de fabulosas minas do sertão” (Holanda, 1977, p.55). Mas elas não deixaram de ser procuradas. Colombo já se tornara um obcecado pela ilha de Bavecque, jamais encontrada, em cujas areias o ouro, como reza a lenda, poderia ser encontrado (Magasich-Airola & Beer, 2000, p.103). E sua obsessão sinalizou e simbolizou novas tentativas, feitas em domínios espanhóis e portugueses.

Uma frota organizada em 1540 zarpuou com uma quantidade enorme de marinheiros atraídos pelos rumores de que ela partiria em busca de imensos tesouros no Brasil, o que demonstra a precocidade do interesse em buscar metais preciosos nas novas terras; o mito nasceu praticamente junto com a colonização. Surgiu na Amazônia, no mesmo período, o mito da cidade de Manoa, situada às margens de um grande lago chamado Parime e próxima à montanha de metais preciosos.

A colonização da região esteve, durante séculos, estreitamente ligada a tais mitologias, que embalariam, afinal, diversas expedições pelos anos seguintes; expedições como a de sir Walter Raleigh, um entre tantos a tornar-se crente ardoroso da validade do mito, tanto que, no final do século XVI, ele tomou San José, na ilha de Trindade, capturou e interrogou o governador da Guiana, que afirmou situar-se o El Dorado nas cabeceiras do rio Orenoco, em um lago chamado Parime (Salmodal, 1992, p.117). Tais buscas tiveram início praticamente junto com o processo de colonização, com Frei Gaspar da Madre de Deus mencionando uma expedição preparada por Martim Afonso já em 1533, motivada por boatos de existência de ouro na região de Cananéia, expedição de final infeliz; seus integrantes foram mortos por carijós antes de constatarem a existência ou não do metal (Madre de Deus, 1953, p.100).

Proprietários de capitanias como Martin Afonso e Duarte Pereira sonhavam, por sua vez, com a descoberta de minas em suas terras. Gabriel Soares de Sousa abandonou seu engenho e embarcou em uma busca inútil e fatal, enquanto Melchior Dias, seu parente, procurou prata em Sergipe. Capistrano de Abreu menciona todas essas tentativas e, ainda, há um documento escrito em 1610 no qual se afirma que “por boa razão da filosofia esta região deve ter mais e melhores minas que a do Peru” (Abreu, 1976, p.135).

Gabriel Soares de Sousa menciona, propositalmente no final de sua obra para dar maior destaque à informação, como ele mesmo afirma, a grande quantidade de ouro e prata existente na comarca da Bahia (Sousa, 1938, p.432). A confiança em sua existência também embalou o sonho dos holandeses, segundo o comentário de um de seus cronistas: “Nessa ocasião, esperanças de minas metalíferas vieram alentar os mercadores, e como sói acontecer nas quadras de aperto, os lucros que em toda a parte se esperavam afaçavam, em suavíssimos sonhos de ouro, a cobiça da Companhia”(Barlaeus, 1980, p.48).

No terreno da realidade concreta, Bruno salienta a modéstia das descobertas feitas em São Paulo: “A atividade mineradora, essa nada teve de excepcional, embora se ampliasse o quadro dos descobertos”(Bruno, 1966, p.45). Já Warren Dean registra a existência de registros de extração de ouro na Capitania de São Paulo, e ressalta: “Marcas de parte dessa atividade ainda recentemente eram visíveis em diversos locais do planalto a sudoeste da cidade de São Paulo: nas colinas que a circundavam e na costa entre Iguape e a baía de Paranaguá” (Dean, 1997, p.109). Em relação à prata, no final do século XVII, surgiram notícias referentes à sua existência nas minas de Paranaguá, chegando-se a falar em um novo Potosí, mas nada foi encontrado.

Como acentua Levy, “a idéia da prata estava tão enraizada que, com a descoberta das minas de ouro em 1590, na serra do Jaraguá, por Afonso e Pedro Sardinha, deu-se à extração o nome de “Peru do Brasil” (Levy, 1945, p.254). E a obsessão pelas minas de prata seria, por sua vez, transplantada para as terras recém-descobertas: o morro do Sabarabuçu seria a Potosí portuguesa; era sonhada como uma montanha de prata-obsessão lusitana, com o ouro pouco sendo mencionado nos documentos da segunda metade do século XVII (Monteiro, 1999, p.89). Não por acaso, finalmente, Antonil, em plena corrida do ouro, afirma ainda a existência de prata próxima a Itú e na serra de Sabarabuçu (Antonil, 1982, p.163).

Já o mito das cidades de ouro permaneceu mesmo depois de o ouro verdadeiro ter sido descoberto, a ponto de no final do século XVIII, no Maranhão, ter sido “descoberta” por um escravo a resplandecente cidade de Axuí, em que tudo era de ouro, o que provocou uma grande expedição ao local onde ela existiria, assim como no interior de Pernambuco “existia” o lago encantado de Grogonzo, onde se ocultavam tesouros fabulosos. Em várias regiões do país habitava a Mãe-do-Ouro, guardiã de minas de ouro, ameaçadora e tomando as mais diferentes formas, enquanto as amazonas possuíam tesouros de ouro e prata e usavam coroas de ouro. Os zaoris, finalmente, tinham olhos que descobriam qualquer segredo, conseguindo encontrar ouro, tesouro e diamantes em qualquer lugar onde eles se encontrassem. Vale, enfim, a analogia feita por Brunel entre mito e fracasso: “É interessante constatar como os conquistadores frustrados contribuem para reforçar o mito, fazendo de seu fracasso um outro Eldorado” (Brunel, 1997, p.316).

A busca por metais preciosos atuou como fator de propulsão para o devassamento do interior, se seguirmos a cronologia proposta por Taunay, que afirma: “A primeira bandeira organizada para a

devassa do sertão e, segunda entrada no interior do Brasil, por ordem cronológica, teve como incentivo a miragem mineira. E esta partiu da terra paulista, de Cananéia” (Taunay, 1929, vol. V. 129). As buscas mantiveram-se, ainda que infrutíferas, pelo século seguinte, de modo que, em 1663, o capitão Mathias de Mendonça pediu autorização à Câmara paulistana para subir até Minas em busca de esmeraldas, mas logo após sua partida a Câmara passou a suspeitar ser a captura de índios o real objetivo da expedição, e não a busca de pedras preciosas (Ellis, 1934, p.255). Do episódio, duas coisas ficam patentes: o interesse oficial pela busca de metais preciosos em Minas mantendo-se nesse período, e o fato de a captura de índios interessar mais a pelo menos alguns dos exploradores que a busca por pedras. Isso porque se a prata era uma miragem e o ouro ainda era um sonho, os índios já eram uma realidade.

Os tempos, enfim, eram outros, e o apresamento de indígenas perdeu impulso com a maior dificuldade em penetrar em terras castelhanas após a separação entre as coroas espanhola e portuguesa, com a diminuição da disponibilidade de mão-de-obra capturável, que tendia, já, ao esgotamento e com o incremento do tráfico africano, o que levou os sertanistas à busca de novas fontes de riquezas.

Por outro lado, os indígenas desempenharam papel fundamental no processo de desbravamento, o que foi reconhecido à época. Hélio Vianna registra documento existente no Morgado de Mateus, no qual aos gentios pirapitinguas e carijós, já civilizados, é dado o crédito pela conquista das demais nações gentílicas, bem como pelas descobertas das “grandes Capitânicas e haveres de que hoje estamos gozando” (Apud Vianna, 1969, p.96).

Mas o reconhecimento de sua importância não garantiu sua sobrevivência. Os índios foram massacrados e transformados em minoria populacional já no século XVIII mas, deles o colonizador herdou, entre outras coisas, os caminhos. Afinal, o Caminho Velho, que ligava Parati a Minas e a São Paulo passando por Cunha teve como precursor a trilha dos Guaianás, utilizada por estes em suas incursões pelo Vale do Paraíba (Reis, 1982, p.281), enquanto o Caminho Novo nasceu da “usurpação de um percurso milenarmente utilizado por grupos humanos que há muito haviam povoado Minas Gerais” (Venâncio, 1999, p.187). Ocorreu, enfim, de uma povoação inteira ser destruída por índios, como o povoado de Taboleiro, dizimado em 1737 pelos guayapós (Silva, 1959, p.295), mas tal episódio foi como que uma resposta tardia ao prolongado processo de escravização e extermínio do qual os próprios índios foram vítimas.

O interesse dos paulistas na descoberta de metais preciosos caminhou durante o século XVII, portanto, *pari passu* com as expedições que visavam ao apresamento indígena. Essa era a riqueza imediata, palpável, mas as riquezas minerais permaneceram uma miragem jamais esquecida. Até que um dia a miragem concretizou-se.

Em 1617, foi aberto um caminho de São Sebastião até as margens do Paraíba com o objetivo de abreviar o trajeto para as minas de ouro e prata, enquanto Stein descreve um dos caminhos

alternativos que mais tarde seriam criados: “Cortando em direção ao oeste, após deixar a roça de Pati do Alferes, foi aberto um caminho para uma passagem na serra do Mar e abaixo do escapamento para as estações secundárias de Iguaçu, Jacotinga e Inhaúma, por terra, para o Rio de Janeiro” (Stein, 1985, p.32). Trinta anos depois, por fim, o devassamento do médio Paraíba relacionou-se com o mesmo objetivo (Holanda, 1996, p.247). Segundo Motta, “a própria expansão que resultou na formação dessas comunidades, não apenas valeparaibanas, apontava já no sentido das novas regiões a serem exploradas. Seja diretamente com base na atividade mineradora, quer a esta vinculada por meio do comércio de gado, especialmente muar” (Motta, 1999, p.28).

II

É preciso, inicialmente, pensar o processo de povoamento de Minas Gerais como um fenômeno marcado pela diversidade, com a ocupação territorial derivada da ação da coroa e do homem branco não tendo sido a única historicamente registrada. Não se trata, portanto, de um processo que tenha surgido espontaneamente de uma decisão governamental só podendo, ainda, ser compreendido a partir de todo um complexo de negociações políticas e jurisdicionais que determinaram seu curso.

O povoamento não se fez, igualmente, de maneira uniforme, ocupando de forma célere regiões mais distantes do litoral e deixando quase intocadas regiões mais próximas do Rio de Janeiro e que, não por acaso, viriam a ser chamadas da mata. Era o ouro o único motivo que levava os imigrantes a desbravarem Minas, o que não implicou o abandono das regiões que não o possuíam. Várias delas, pelo contrário, foram efetivamente povoadas sem que a mineração fosse o fundamento de sua vida econômica, sendo São João del Rey o exemplo mais claro de um próspero núcleo urbano direcionado para outras atividades, embora outras regiões que não possuíam metais preciosos somente fossem efetivamente ocupadas depois de findo o ciclo que povoaria as demais regiões, permanecendo, se tanto, locais de passagem. Com a migração, assim, o povoamento adensou-se não apenas na Capitania, mas também em algumas regiões fronteiriças, especialmente na Capitania do Rio de Janeiro, onde toda uma população de baixa renda concentrou-se, tirando proveito indireto das atividades mineradoras pelo do transporte de cargas e produção agrícola.

O processo de povoamento de Minas Gerais não se deu, enfim, apenas a partir dos núcleos de mineração, devido ao efeito irradiador que tiveram. Eles constituíram-se em um mercado pujante que apresentou uma demanda crescente por mercadorias, e regiões distantes desses centros foram povoadas e estruturadas economicamente, tendo em vista fornecer tais mercadorias, o que Carrara esclarece, ao afirmar: “Se for possível uma imagem, o movimento agrário característico de Minas é o da ampliação constante da fronteira por ondas crescentes de pequenos lavradores em todas as direções disponíveis” (Carrara, 2001, p.83). Mesmo no auge da mineração, portanto, o processo de povoamento prendeu-se a diversas outras atividades ligadas ao comércio e à agricultura.

Por outro lado, se houve uma articulação econômica centrada nos pólos mineradores não se criou uma articulação baseada em interesses comuns passíveis de expressão política ou capazes de fomentar uma identidade cultural. O processo de construção política e cultural de Minas foi bem mais tardio e não coincidiu com o ciclo de mineração. Havia, ainda, restrições legais ao povoamento, com a Coroa forçando a manutenção de uma única rota para as minas, o que levou à proibição da abertura de picadas e caminhos ocultos. Buscava-se, finalmente, manter as regiões de passagem como uma proteção natural que servissem como obstáculo ao contrabando.

O processo de povoamento foi, por sua vez, precedido de diversas tentativas, que variaram do relativo sucesso ao fracasso absoluto, não seguindo, ainda, nenhum planejamento ou diretriz. Dessa forma, D. Rodrigo de Souza Coutinho rememora, em carta escrita em 1797: “No descobrimento de minas de ouro nesta capitania teve a maior parte o acaso e depois desta a diligência mas pouco metódica dos descobridores e dos que lhe foram até ao presente sucedendo” (Apud Munteal Filho e Melo, 2004, p.167). E Valadares descreve, por sua vez, a origem dos primeiros povoadores: “Muita gente chegava, sonhando com riqueza, ao território do “Novo eldorado”, deslocando-se do Rio de Janeiro, Baía, Pernambuco e do reino, especialmente das regiões do Minho, Trás-os-Montes, Douro e das Beiras. Na capitania, eram raros os imigrantes de Lisboa e do Algarve” (Valadares, 2004, p.269).

Foi um processo consideravelmente longo. Sebastião Marinho transpôs o Rio Paranaíba em 1592 e descobriu as primeiras minas de ouro em Goiás (Silva, 1962, p.147). Já Eschwege menciona Tourinho como pioneiro: “A fama da descoberta das esmeraldas espalhou-se primeiramente em 1573, por intermédio de um certo Sebastião Fernandes Tourinho, que, subindo o Rio Doce, penetrou no sertão setentrional, hoje Serro do Frio, e voltou depois pelo Rio Jequitinhonha”(Eschwege, 1979: vol. II, 83). Sobre ele, ainda, assinala Vianna, que defende, aliás, a primazia e preponderância do sertanismo baiano: “Se muito feliz não foi nos descobrimentos mineiros, o valor social de seu longo percurso é inexcusável, plantando arraiais, abrindo as comunicações primeiras, ligando as feitorias que criara” (Vianna, 1935, p.130).

Já resultam no descobrimento de ouro a expedição de Antônio Rodrigues Arzão em 1693 e a expedição de Bartolomeu Bueno de Siqueira no ano seguinte. Itaverava funcionou, no início da colonização, como porta de entrada para o território a ser povoado. Ali ocorreu, em 1694, o encontro de duas grandes bandeiras, uma liderada por Salvador Mendes Furtado, e a outra por Arzão, ambas procedentes de Taubaté. Partindo dali, Furtado passou a explorar o Rio Itatiaia e a constatar a riqueza ali existente e, partindo dali, chegaram às margens de um outro ribeirão, por eles denominado Ribeirão do Carmo, onde erigiram os primeiros domicílios existentes na região; ali nasceria a Vila do Carmo, futura Mariana (Vasconcelos, 1966, p.201). E as primeiras bandeiras, segundo Rugendas, não possuíam, ainda, intuito povoador: “No entanto esses aventureiros não sonhavam, em absoluto, fundar, no novo Eldorado, estabelecimentos estáveis. Apressaram-se em tirar, dos tesouros ainda intatos da natureza, todo o ouro que podiam colher e voltar a São Paulo” (Rugendas, 1949, p.40). O

povoamento nasceu da necessidade da criação de estabelecimentos que permitissem a posse efetiva do ouro recém-descoberto.

E se é preciso, por fim, definirmos uma espécie de marco inaugural do descobrimento de metais preciosos na Capitania, podemos escolher o dia 1 de março de 1695: foi, afinal, o dia em que Bartolomeu Bueno apresentou provas da descoberta às autoridades, ou seja, o dia em que as descobertas ganharam existência oficial. Mas a data inicial do povoamento maciço é 1698, ano em que Antônio Dias encontrou as minas de Ouro Preto, seguido pelos descobrimentos feitos por Padre Faria, capelão, aliás, da expedição de Antônio Dias.

O precoce interesse da Coroa no ouro das Minas fica demonstrado pelas cartas escritas pelo rei aos "homens bons" de São Paulo, encorajando-os na busca do ouro e prometendo-lhes recompensas (Pinto, 1979, p.47). Não obstante, as expedições organizadas pelos sertanistas paulistas eram financiadas por eles próprios e exigiam investimentos de vulto, com os financiamentos prometidos pela Coroa não chegando, ou chegando de forma escassa, como atestam os relatos por eles produzidos (Andrade, 1998, p.26). Foi um negócio particular, feito sob a égide da Coroa e acarretando, para ela, lucros imensos.

O Caminho Novo, por exemplo, foi iniciado em 1698 por Garcia Rodrigues Pais, que contou apenas com seus próprios recursos para investir nos seis primeiros anos de construção da estrada (Magalhães, 1939, p.98), o que demonstra a importância dos recursos privados na etapa inicial do povoamento de Minas Gerais. Em carta enviada ao rei, D. Álvaro de Albuquerque, dá conta das dificuldades financeiras enfrentadas por Rodrigues Pais em seu intuito de construir a estrada, e acentua a necessidade de ajuda real, "para dela se ajudar as grandes despesas que há de fazer por se achar hoje falto de cabedais, pelos muitos que tem gasto na dita diligência, escravos que lhe morreram nela, e outros que lhe fugiram, sem os quais não podia conseguir o intento de por corrente o dito caminho" (Lacombe, 1938, p.511).

O apoio financeiro da Coroa à exploração, em sua etapa inicial, existiu, mas foi errático e mal direcionado. Ela recebeu inúmeros pedidos, nesse sentido, de pessoas que não possuíam interesse efetivo em investir na Capitania e foi amplamente ludibriada. Por outro lado, ela reduziu o investimento em regiões que se mostraram efetivamente produtivas, além de negar auxílio a exploradores que tinham real interesse no negócio (Russell-Wood, 1999, p.473).

Para compreendermos, ainda, a gênese de tal processo, é preciso conectá-lo às características que marcaram o desenvolvimento da capitania paulista, e a característica fundamental a ser ressaltada, no caso, é a escassez. Fernão Dias, por exemplo, precisou vender a prata e o ouro de sua casa, além das jóias das próprias filhas para financiar sua expedição, o que não é, propriamente, sinal de prosperidade. As ondas migratórias que chegaram a Minas a partir do final do século XVII foram impulsionadas por dois fatores econômicos: a tradicional escassez de recursos que marcou a Capitania de São Paulo durante todo o período colonial e o fato de este ter sido um período de crise e

estagnação econômica em Portugal, o que atuou como incentivo para os portugueses buscarem, em outras paragens, a riqueza que escasseava em seu país. A crise econômica portuguesa, aliada ao sonho de riqueza provocou, enfim, uma sangria populacional em Portugal, com cerca de 10.000 habitantes deixando anualmente o país rumo à capitania.

E a riqueza dos veios justificava a imigração descontrolada. Segundo Pohl, “era comum que um espaço de onze metros, tanto no Ribeirão do Ouro Preto e no do Carmo quanto no Ribeirão Bento Rodrigues produzisse cinco arrobas de ouro. Os faiscadores classificavam como riachos de bom rendimento aqueles nos quais uma bateia de cascalhão dava sete gramas e meia de ouro” (Pohl, 1976, p.389). Tem início, assim, uma produção aurífera que logo se reflete nas remessas enviadas para a Europa, que sobem de 725 quilos em 1699 para 4.350 em 1703 (Holanda, 1968, p.265).

A corrida do ouro não se deu apenas pelo sonho do enriquecimento rápido mas, também, pela necessidade, agravada, no caso da população brasileira, pelas próprias consequências das descobertas. Incapaz de produzir por conta própria o montante de meios de subsistência necessários à sua população sempre crescente, a Capitania transformou-se em grande importadora de bens de consumo, o que pressionou o custo de vida em outras regiões do país, inviabilizando a sobrevivência de um grande número de trabalhadores que terminaram por migrar para a Capitania como única saída para sua sobrevivência, o que agravou ainda mais o problema.

Quantos migraram para a capitania no período? Antonil calcula em mais de trinta mil o número de habitantes de Minas Gerais no início do século XVIII (Antonil, 1982, p.167), mas tal corrida, diga-se, ele a descreve para condenar seus efeitos e seus princípios, por ser uma corrida pouco racional e nada utilitária, na qual a riqueza adquirida era desperdiçada em gastos supérfluos e extraordinários (Souza, 2004, p.253).

Vila Rica, é claro, recebeu o maior contingente populacional, já existindo ali, em 1715, 73 vendas, 63 lojas e duas farmácias, além de uma quantidade considerável de ofícios diversos, de acordo com o rol levantado para efeito de cobrança do quinto (Ávilla, 1994, p.28). Qual era a população de Vila Rica no período em questão? Segundo Luna e Costa

“Os habitantes de Vila Rica somavam 8.867 indivíduos em 1804. Predominavam, numericamente, os livres e forros (68,61%), enquanto os escravos e quartados (cativos que estavam a comprar a liberdade) representavam pouco menos de um terço da população total (31,39%). Os agregados correspondiam a 16,14% dos livres” (Luna e Costa, 1978, p.47).

O descobrimento do ouro gerou, ainda, a consolidação, em Minas Gerais, de uma agricultura escravista voltada para a produção de meios de subsistência para os moradores das cidades mineiras e que-findo o ciclo do ouro-buscou adaptar-se aos novos mercados. A estrutura econômica regional não pode ser pensada, portanto, apenas em termos de atividade mineradora.

O desenvolvimento econômico da Capitania tornou-a parceira fundamental no relacionamento com outras regiões do país. Mawe descreve, por exemplo, o comércio estabelecido com o Rio de Janeiro: “Vila Rica não tardou em estabelecer grande comércio com o Rio de Janeiro, de onde recebia negros, ferro, tecidos de lã, sal, mantimentos de diferentes espécies, e vinho, artigos que davam então imenso lucro” (Mawe, 1978, p.127).

A imigração para as minas contribuiu, por outro lado, para o declínio econômico da cidade de São Paulo, que mantivera sempre uma situação secundária no contexto da economia colonial. Segundo Bruno, “a cidade ficou praticamente despovoada” (Bruno, 1954, vol. I, 46). Mas não apenas São Paulo sentiu os efeitos da atração desmedida provocada pelo ouro. Muitos navios foram abandonados nos portos de Santos e Rio de Janeiro por tripulações interessadas no enriquecimento rápido que os descobrimentos prometiam, assim como a deserção dos soldados de infantaria levou o rei a prometer as galés para os fugitivos interessados na corrida do ouro (Souza, 1994, p.16).

A construção do Caminho Novo significou, ainda, a consolidação do Rio de Janeiro, para onde o ouro era agora levado, como capital nacional, o que provocou a decadência do comércio paulista e o fechamento, em 1760, da Casa de Fundição de São Paulo, relegada à inutilidade (Fernandes, 2000, p.59). E a própria atividade mineradora em território paulista foi praticamente abandonada após os novos descobrimentos, com as lavras existentes na região litorânea entre o Iguaçu e o Paranapanema, por exemplo, decaindo de todo com o êxodo para as novas minas (Franco, 1940, p.263).

O processo de povoamento da Capitania caracterizou-se por dois movimentos distintos; uma forte concentração urbana que fez prosperar núcleos como Vila Rica e Sabará, aliado a um movimento disperso, especialmente no período estudado ao longo destas páginas, quando a morosidade do abastecimento, em uma época anterior ao Caminho Novo estimulou a dispersão dos colonizadores, obrigando-os a partirem em busca de caça e, com isto, propagando a fixação de arraiais (Venâncio, 2001, p.185). Também a escassez de mantimentos-crônica no período inicial da colonização-tornou-se aguda nas crises de 1697-8 e 1700-1, o que se tornou fator de dispersão do processo de povoamento, que se espalhou tanto em busca de fontes de subsistência quanto na procura de novas minas.

A carestia foi agravada, ainda, por uma violenta epidemia de bexigas, além do abastecimento ser constantemente interrompido pelas frequentes cheias dos rios (Botelho, 2004, p.11). A situação inicial poder ser descrita, portanto, como próxima ao caos, com Taunay mencionando dois episódios que exemplificam a dramaticidade do fenômeno. Em um, ele descreve: “E houve tal que matou ao seu companheiro por lhe tomar com a sua tenaz de pau uma pipoca de milho que do seu borrinho saltou para o do outro dos poucos grãos que cada um tinha para alimentar a vida naqueles dias, aprovando-se por este caso como realidade o provérbio comum de que a fome não tem lei” (Taunay, 1981, p.31). E ele afirma, em outro trecho de seus relatos, referindo-se ao alto custo de vida registrado no período:

“E tudo o mais a este respeito por cuja causa e fome morreu muito gentio, tapanhunos e carijós, por comerem bichos de taquara que para os comer é necessário estar um tacho no fogo bem quente e aliás vão botando os que estão vivos logo bolem com a quentura que são os bons e se come algum que esteja morto é veneno refinado” (Taunay, 1981, p.80)

III

Quando falamos em paulistas, é preciso compreendermos o termo a partir das clivagens e rivalidades que nele se abrigam, rivalidades que se davam entre os oriundos de Taubaté e os que vinham de São Paulo. Havia, de fato, rivalidade não apenas entre paulistas e portugueses mas, também, entre paulistas e taubateanos; aqueles, mais ricos e, estes, oriundos de uma vila mais humilde e, portanto, dotados de menores recursos.

Aires de Casal refere-se à rivalidade entre taubateanos e piratininganos no período inicial dos descobrimentos, rivalidade que, segundo ele, não consentia associar-se uns com os outros nas minerações (Casal, 1976, p.163). Mesmo entre paulistas de diferentes localidades, portanto, surgiram desavenças no momento da partilha do ouro recém-descoberto, como quando os naturais de São Paulo recusaram-se a partilhar as lavras da foz do rio Itatiaia com os moradores de Taubaté, razão pela qual estes prosseguiram viagem, descobrindo, por fim, o Ouro Preto (Inácio & Luca, 1993, p.123).

As descobertas feitas por taubateanos como o Padre Faria foram distribuídas quase apenas entre seus concidadãos excluindo os paulistas, ou seja, os oriundos da cidade de São Paulo, dos quais apenas alguns, por amizade, foram beneficiados (Códice Costa Matoso, 1999, p.173), o que deixa clara rivalidade entre os povoadores oriundos de Taubaté e os chamados paulistas, o que torna necessário, por sua vez, especificar e matizar tal definição no contexto do povoamento da Capitania. Álvares de Oliveira, por exemplo, menciona paulista e taubateanos, mas acentua serem estes

“Também tidos por paulistas, como todos os naturais de Serra Acima, prezando-se muito deste nome e naquele tempo por horrendo fero, ingente e temeroso, e apoderando-se de todo o descoberto como costumavam em todas as minas, porque em todas punham e dispunham despoticamente pelo ditame do assim o quero, assim o mando, e à razão prevalece a vontade” (Códice Costa Matoso, 1999, p.277)

A guerra contra os portugueses uniu-os, contudo, na luta e na derrota e, para compreendermos este episódio-sua origem, sua dinâmica, suas conseqüências-devemos nos deter, também, na análise do outro lado, ou seja, os portugueses. Para fazer isto tomarei como personagem uma figura emblemática do período: Nunes Viana. Foi ele o mais famoso e característico dos potentados da época e os primeiros decênios da colonização foram geralmente vistos pela historiografia, como assinala Silveira, como uma “era de potentados”, embora o quadro bélico configurado pelo conflito entre líderes locais e o Estado lusitano tenha se estendido, como ainda lembra o autor, por todo o Setecentos” (Silveira, 2001, p.54).

Pelos caminhos que ligavam a Bahia à Capitania passava o gado indispensável à sobrevivência de seus moradores, o que era permitido pela Coroa, e passavam também escravos a serem vendidos em Minas; passagem clandestina, proibida, mas irrefreável, proveniente dos decadentes engenhos do Norte rumo às florescentes minas recém-descobertas, e prejudicial, no final das contas, a seus antigos proprietários, que se viram às voltas com uma mão-de-obra cada vez mais cara e escassa.

De qualquer forma, e embora mais longo, o caminho que vinha da Bahia e margeava o Rio São Francisco e o Rio das Velhas era o mais fácil, devido às fazendas de gado nele estabelecidas, ao acesso mais fácil à água e à menor aspereza do terreno (Boxer, 1969a, p.63). O norte da província constituiu-se, assim, em típica região de passagem, ligando a região mineradora à Bahia, transformando-se, ainda em região agrícola controlada por grandes proprietários, onde a Coroa sempre encontrou dificuldades em exercer seu poder. Foi a região onde Manuel Nunes Viana tornou-se grande potentado nas primeiras décadas do século XVIII, entrando em conflito com o Conde de Assumar por pretender arrematar os direitos de passagem das cargas e escravos que se dirigiam às minas, chegando a bloquear o tráfego que rumava em sua direção. Criou-se, enfim, um conflito provocado pela disposição da Coroa de instalar sua jurisdição de modo efetivo em uma região onde o poder de fato era exercida por um grupo de potentados pouco disposto a abrir mão do domínio já conquistado. O processo de formação de Minas Gerais é, visto deste ângulo, também a história do processo de consolidação do poder real.

O poder exercido por Nunes Viana na região ilustra o caráter ambíguo do relacionamento entre a Coroa e os poderosos da Capitania. Eles eram vistos como instrumentos essenciais de manutenção da ordem, auxiliando, ainda, na cobrança de impostos, mas seu poder poderia derivar - e ser visto como tal - para a contestação do domínio real e, nesse contexto, ser combatido pela Coroa, como ocorreu com o próprio Viana, expulso da Capitania. Mas, ainda assim, mantém-se a ambiguidade, com ele terminando por merecer carta de mercê do Rei de Portugal pelos “relevantes serviços” prestados à Coroa (Anastasia,1999, p.100).

Tal poder levou, ainda, à criação de limites que incorporavam as terras da região dos rios São Francisco e das Velhas à jurisdição mineira, o que levou Nunes Viana a retirar-se para Salvador em 1720, ali falecendo em 1738. Mas as dificuldades permaneceram e nova revolta eclodiu: a insurreição de 1736, comandada por grandes proprietários da região que pretendiam marchar até Ouro Preto e depor o governo provincial. Sufocada, o fim da rebelião marcou, por longo tempo, o relativo isolamento no qual a região mergulharia.

A peculiaridade da posição assumida por Nunes Viana nos primórdios da história da Capitania-eleito que foi pelos portugueses, em 1707, governador das Minas Gerais - é ressaltada por Diogo de Vasconcelos: “Foi Manuel Nunes, pois, o primeiro ditador que se erigiu na América, fato o mais característico de toda a nossa história” (Vasconcelos, 1974, v.2, 34). Ungido, em plena missa, ditador por direito divino pelos frades que o cercavam, ele afirmou que “defenderia a justiça, e que só

entregaria o poder aos ministros, que S. M. mandasse para governar as Minas” (Vasconcelos, 1974, v.2, 52). Nunes Viana combateu os paulistas, enfim, não porque fosse um súdito leal da Coroa. Pelo contrário, essas eram relações tensas, e Romeiro as descreve: “Era Nunes Viana, aos olhos do superintendente, o maior contrabandista e defraudador do Fisco régio; daí os editais de expulsão publicados em outubro de 1708” (Romeiro, 2004, p.154).

Da mesma forma, se Nunes Viana lutou contra os paulistas na Guerra dos Emboabas, ele os combateu porque eles eram uma ameaça ao poder por ele exercido na Capitania; poder, aliás, que ele não hesitou em voltar contra o rei em mais de uma ocasião. A própria posição da Coroa no episódio foi ambígua, devido a importância por ela atribuída à ação desbravadora e colonizadora dos paulistas, embora, mais tarde, Viana fosse exaltado e condecorado por ter reduzido os paulistas à obediência. Mas aí, lembra Silveira, a construção do mito do pacificador já estava em andamento (Silveira, 1997, p.52).

E Taunay, finalmente, descreve o destino de Nunes Viana:

“O Viana retirou-se para os Currais da Bahia onde tinha as suas roças e de lá passou ao Reino onde o Infante D. Pedro Francisco introduziu a El Rei e por intercessão dele e dispêndio grande de mil cruzados foi perdoado dos delitos por que fora capitulado destas minas e de mais se lhe fez mercê do hábito de Cristo e da propriedade em sua vida do Ofício de Escrivão da Ouvidoria do Sabará e mais outras mercês” (Taunay, 1981, p.74)

Nunes Viana foi comerciante e o comércio exerceu papel crucial no processo de povoamento, com Magalhães descrevendo o processo de ocupação comum ao movimento de mercadores que se instalara na capitania: “A primeira fase consistia no pouso, um mero terreno de acampamento, no qual os viajantes acampavam para passar a noite: a segunda era o rancho, sendo um barracão sustentado por pilares, aberto dos lados: apenas um pouso para a mula e seus condutores”(Magalhães, 2004, p.56). Mesmo um povoado como Sabará, criado a partir da mineração, abrigou, desde o início, número considerável de mercadores que desempenharam, aliás, papel decisivo no abastecimento da população durante a fome de 1700-1701, fazendo Nunes Viana parte desse grupo de comerciantes portugueses: ele não veio até Minas como minerador e, sim, como caixeiro. Representou uma outra categoria social, muito diferente dos desbravadores paulistas. Como vários portugueses, dispunha de um numeroso contingente de escravos negros que lutou a seu lado no conflito, enquanto os paulistas, fiéis a seus hábitos, perfilaram um batalhão de indígenas.

A Guerra dos Emboabas, ocorrida em 1708 foi, é claro, um conflito entre descobridores e adventícios pelas datas recém-criadas, sendo que Emboaba é definido, em 1750, por José Álvares de Oliveira, como “nome este, que por abjeção, deu a altivez dos naturais à submissão dos forasteiros” (Códice Costa Matoso, 1999, p.230), mas foi, também, um choque cultural entre paulistas cujo modo de vida mesclava-se ao dos indígenas com os quais conviviam desde sempre e europeus ainda pouco

aclimatados à nova região; entre duas diferentes posturas, portanto, em relação à terra que ia sendo povoada. A vitória dos portugueses significou, assim, o triunfo de uma forma de colonização mais afeita à cultura européia.

Diferentes povoadores, diferentes costumes, as mesmas terras, a mesma cobiça: o conflito era inevitável. A animosidade entre paulistas e portugueses cresceu e consolidou-se à medida que os descobrimentos e o povoamento avolumavam-se. Faltava o motivo para o conflito aberto, e este surgiu quando frei Francisco de Menezes, associado aos emboabas, arrematou o contrato que garantia o monopólio do fornecimento de carnes para Minas, sendo tal personagem assim descrito por Dom Duarte Leopoldo: “religioso português da ordem da S. S. Trindade, caudilho audacioso e sem escrúpulos, não vem à colação porque o mereçam as suas qualidades de apóstata, profundamente divorciado do espírito de pobreza e mansidão” (Leopoldo, 1923, p.44). Ao mesmo tempo que os portugueses obtinham tal monopólio, a Câmara Municipal paulista via negado um pedido feito à Coroa para obter a concessão das regiões mineradoras.

Nunes Viana tomou Caeté como base, enquanto os paulistas refugiaram-se em Sabará, em uma guerra que durou quase três anos e não foi especialmente sangrenta, o que leva Boxer a afirmar: “Houve mais barulho e fúria que propriamente morte e destruição, porquanto nem é certo que tenham morrido mais de cem indivíduos de cada lado” (Boxer, 1969b:182), sendo que o ânimo guerreiro também precisou de alguns incentivos para concretizar-se, a ponto de Xavier da Veiga mencionar como as “inovidáveis matronas paulistas” impeliram seus maridos derrotados e em fuga para São Paulo de volta para o campo de batalha após o episódio do Rio das Mortes (Veiga, 1998, v. 1-2, 254).

As rixas que detonaram o conflito foram triviais, mas os motivos reais foram bem mais complexos e disseram respeito a todo um estilo de colonização. Pobres e pouco acostumados a um processo de colonização que exigia, já, a fixação da população e não mais apenas seu desbravamento, os paulistas viram-se desaparelhados para investirem em uma mineração que entrava em nova fase, em que o ouro não estava mais apenas à disposição dos faiscadores, mas exigia aparelhos cujos preços eram, para eles, proibitivos, mas não o eram para os portugueses, enriquecidos no comércio, para o qual, os paulistas nunca deram atenção.

A Coroa, por intermédio de Antônio de Albuquerque, atuou antes como mediadora no conflito, não interessando a ela a derrota definitiva nem dos portugueses, nem dos paulistas. Aquela guerra não era a dela, seus interesses não pendiam para nenhum dos lados. Albuquerque buscou apaziguar Nunes Viana no encontro que ambos tiveram em Caeté, buscou persuadir os paulistas de vinganças contra os portugueses e, como lembra Azevedo Marques, dirigiu “aos povos de São Paulo uma carta, com a qual lhes enviou o retrato de D. João V, significando-lhes que por aquele modo os visitava e lhes assegurava o perdão régio e a sua proteção” (Marques, 1980, vol. I, 312).

A chegada de Antônio de Albuquerque, nomeado governador da Capitania logo após a Guerra dos Emboabas funcionou como divisor de águas no processo de povoamento; foi o fim do “período inorgânico de Minas” (Alvim, 1969, p.325). Mas o fim da Guerra dos Emboabas não significou o triunfo definitivo do domínio da Coroa sobre a Capitania; fosse assim, o governador não teria escrito para o rei, em 1719, alertando para a fragilidade do poder por ele exercido. E fosse assim, Nunes Viana não teria a autoridade suficiente para proibir que os moradores da região do São Francisco pagassem os dízimos reais, como de fato ele o fez.

A guerra foi, de qualquer forma, um divisor de águas na história da capitania, mas sua influência vai ainda além, como acentua Canavarro. Para ele, “a guerra dos emboabas foi um ponto de inflexão na história do Brasil. Os paulistas se voltaram para outras áreas, avançaram ao Sul e a Oeste” (Canavarro, 2004, p.56). Mesma conclusão, aliás, à que chega Gonçalves Salvador:

“A guerra dos “emboabas” fez perceber aos mineradores paulistas que eles já não eram a maior força nas Gerais, social e economicamente. Em fins de 1708 estoura a referida contenda. A partir daí tentarão novos rumos e novas pesquisas. O resultado será o descobrimento de ouro em Cuiabá, Mato Grosso e Goiás” (Salvador, 1992, p.8).

E, mesmo derrotados, os paulistas permaneceram indispensáveis, não apenas por serem insubstituíveis como povoadores, como devido à sua maior intimidade com a terra.. Tornou-os indispensáveis, finalmente, a experiência por eles obtida nas lavras - ainda que pouco frutíferas - já descobertas em São Paulo e Curitiba, com a exploração de ouro no Brasil iniciando-se logo após a fundação das primeiras vilas na Capitania de São Vicente, e com outras explorações sendo feitas na baixada de Piratininga e nos afluentes fluviais da serra do Cubatão (Romero, 1942, p.126).

Os sertanistas foram indispensáveis no processo de descobrimento do ouro e povoamento da Capitania - foram insubstituíveis, enfim, no período aqui estudado - mas chegou o momento em que o importante já não era mais descobrir e desbravar e, sim, explorar o que já havia sido descoberto e pacificar a região já desbravada, o que significava enquadrá-la nas rígidas normas do ordenamento português. Nesse momento, restou aos turbulentos paulistas enquadrarem-se na nova civilização que surgia ou serem por ela expelidos. Nesse sentido, a derrota dos paulistas assinala o fim de uma época.

O final do século XVI já presencia o desenvolvimento de atividades mineradoras na Capitania de São Paulo, o que ressalta a experiência adquirida pelos paulistas e por eles posta em prática quando da colonização de Minas Gerais. Eles, contudo, se estavam habituados à mineração, não estavam habituados a fixar residência em determinados locais, limitando-se à procura de metais preciosos onde estes eram facilmente disponíveis. Os paulistas eram excelentes desbravadores, mas não sabiam, ainda, atuar como colonizadores. Seus representantes que buscaram fixar-se à terra foram aqueles que se dedicaram à agricultura: paulistas como Matias Cardoso, que migrou para a região do

São Francisco e lá dedicou-se à pecuária. A produção agrícola demandou mão-de-obra paulista e fixou-a a terra.

IV

1720 é o ano oficial do nascimento da Capitania; ano em que seu governo foi separado pela Coroa do governo da Capitania de São Paulo, sem que a autonomia administrativa tenha se traduzido, de fato, no monopólio da violência por parte dos representantes da Coroa. Tanto não foi que os caminhos que levavam à Capitania eram de tal forma inseguros que era comum os comerciantes ambulantes que por eles se aventuravam deixarem testamentos registrados antes de partirem (Furtado, 2002, p.11).

O processo de povoamento continuou, adaptando-se às diferentes formas de mineração, que precisou, às vezes, subir a serra, passando da exploração de bateia feita às margens dos ribeirões para o surgimento das grupiarias, onde o ouro era procurado nas encostas dos morros. As mudanças no processo de exploração em Catas Altas exemplificam este processo, com os mineiros buscando o ouro em altitudes cada vez maiores, a ponto de tal busca dar nome ao povoado.

A corrida do ouro, finalmente, não se encerrou após a grande etapa de descobertas, permanecendo impulsionada por novos achados no Centro-Oeste, no sertão baiano, no norte de Minas. Mas o povoamento que seria a região central da atividade mineradora já entrava em fase de consolidação.

Se o processo de povoamento da Capitania teve início efetivo com a descoberta do ouro, ele foi um processo de longa duração que alcançou a primeira metade do século XX, quando zonas de fronteira ainda estavam sendo povoadas. O período aqui estudado, portanto, refere-se aos anos iniciais de um processo secular.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Capistrano de. *Capítulos de história colonial*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977
- LEVY, Fortunée. Prata. As minas, as lendas, a arte dos prateiros. In: *Anais do Museu Nacional*, Vol. VI. Rio de Janeiro, Museu Nacional, 1945
- ALVIM, Antônio Camillo de Faria. Minas Gerais no reinado de D. João V. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*, vol.14. Belo Horizonte, Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, 1969
- ANASTASIA, Carla. Extraordinário potentado: Manoel Nunes Viana e o motim de Barra do Rio das Velhas. In: *Locus*, vol. 3, num.1. Juiz de Fora, UFJF, 1999
- ANDRADE, Francisco Eduardo de. Colonização e empresas de descobrimento de ouro e diamantes nas Minas. In: *VII Seminário sobre a Economia Mineira*. Belo Horizonte, UUFMG/CEDEPLAR, 1998
- ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. Belo Horizonte, Itatiaia/EDUSP, 1982

- ÁVILA, Affonso. O lúdico e as projeções do mundo barroco. Vol. II. *Áurea idade a da áurea terra*. São Paulo, Perspectiva, 1994
- BARBOSA, Waldemar de Assis. *A decadência das minas e a fuga da mineração*. Belo Horizonte, Imprensa da Universidade Federal de Minas Gerais, 1971
- BARLAEUS, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*. Recife, Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1980
- BARREIROS, Eduardo Canabrava. *Episódios da Guerra dos Emboabas e sua geografia*. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/EDUSP, 1984
- BOTELHO, Ângela Vianna. Abastecimento. In: ROMEIRO, Adriana & BOTELHO, Ângela Vianna (Orgs.). *Dicionário histórico das Minas Gerais*. Belo Horizonte, Autêntica, 2004
- BOXER, C.R.. *A idade de ouro do Brasil (dores de crescimento de uma sociedade colonial)*. São Paulo, Nacional, 1969a
- _____. *O Império colonial português*. Lisboa, Edições 70, 1969b
- BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das grandezas do Brasil*. Rio de Janeiro, Edições de Ouro, s.d.
- BRUNEL, Pierre. *Dicionário de mitos literários*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1997
- BRUNO, Ernani da Silva. *História e tradições da cidade de São Paulo*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1954
- _____. *Viagem ao país dos paulistas*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1966
- CALÓGERAS, Pandiá J.. *Formação histórica do Brasil*. São Paulo, Nacional, 1972
- CANAVARRO, Otávio. *O poder metropolitano em Cuiabá (1727-1752)*. Cuiabá, Editora da UFMT, 2004
- CARRARA, Angelo Alves. Ocupação territorial e estrutura fundiária: as minas e os currais (1674-1850). In: *Estudos de história*, v.8, n.2. Franca, UNESP, 2001
- CASAL, Manuel Aires de. *Corografia brasílica ou Relação histórico-geográfica do Reino do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/EDUSP, 1976
- CÓDICE COSTA MATOSO (Orgs. Luciano Figueiredo & Maria Verônica Campos). Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, 1999
- DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997
- ELLIS JÚNIOR, Alfredo. *O bandeirismo paulista e o recuo do meridiano*. São Paulo, Nacional, 1934
- ELLIS, Miriam. As bandeiras na expansão geográfica do Brasil. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *História geral da civilização brasileira*, T.I, Vol. I. São Paulo, DIFEL, 1963
- ESCHWEGE, W.L. von. *Pluto Brasiliensis*. Belo Horizonte: Itatiaia/EDUSP, 1979
- FERNANDES, Neusa. *A Inquisição em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro, Editora UERJ, 2000
- FRANCO, Carvalho. *Bandeiras e bandeirantes de São Paulo*. São Paulo, Nacional, 1940

- FURTADO, Júnia Ferreira. Arte e segredo: o Licenciado Luís Gomes Ferreira e seu caleidoscópio de imagens. In: FERREIRA, Luís Gomes. *Erário Mineral*. Vol. I.(Org. FURTADO, Júnia Ferreira.). Belo Horizonte/ Rio de Janeiro, Fundação João Pinheiro/Fundação Oswaldo Cruz, 2002
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Metais e perdas preciosas. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *História geral da civilização brasileira*, T.I, Vol. II. São Paulo, DIFEL, 1968
- _____. *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo, Nacional, 1977
- _____. *Livro dos prefácios*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996
- INÁCIO, Inês C. & LUCA, Tânia Resende de. *Documentos do Brasil colonial*. São Paulo, Ática, 1993
- LACOMBE, Lourenço Luiz. A estrada para Minas há duzentos anos. In; *Revista do Brasil*, Ano 1, 3ª fase. Rio de Janeiro, 1938
- LEOPOLDO, Dom Duarte. *O clero e a Independência: conferências patrióticas*. Rio de Janeiro, Centro Dom Vital, 1923
- LUNA, Francisco Vidal & COSTA, Iraci del Nero. Contribuição ao estudo de um núcleo urbano colonial (Vila Rica: 1804). In: *Estudos Econômicos*, v. 8, n. 3. São Paulo, IPE/USP, 1978
- MADRE DE DEUS, Frei Gaspar da. *Memória para a história da Capitania de S. Vicente hoje chamada de S. Paulo*. São Paulo, Martins,1953
- MAGALHÃES, Basílio de. *O café na história, no folclore e nas belas-artes*. São Paulo, Nacional, 1939
- MAGALHÃES, Sônia Maria de. *A mesa de Mariana: produção e consumo de alimentos em Minas Gerais (1750-1850)*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2004
- MAGASICH-AIROLA, Jorge & BEER, Jean Marc de. *América Latina: quando a Europa da Renascença pensou estar conquistando o paraíso*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000
- MARQUES, M. E. de Azevedo. *Apostamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da Província de São Paulo*. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/EDUSP, 1980
- MAWE, John. *Viagem ao interior do Brasil*. São Paulo/Belo Horizonte. EDUSP/Itatiaia, 1978
- MONTEIRO, John Manuel. Os caminhos da memória: paulistas no Códice Costa Matoso. In *Vária História*, Num.21. Belo Horizonte, UFMG, 1999
- MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e famílias escravas em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: Annablume/FAPESP,1999
- MUNTEAL FILHO, Oswaldo & MELO, Mariana Ferreira de (Orgs). *Minas Gerais e a história natural das colônias: política colonial e cultura científica no século XVIII*. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, 2004
- PINTO, Virgílio Noya. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português*. São Paulo, Nacional/MEC,1979
- POHL, Johan Emanuel. *Viagem no interior do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/EDUSP, 1976
- REIS, Paulo Pereira dos. Caminhos de penetração das capitanias de São Paulo. In: *Anais do Museu Paulista*, Vol. XXXI. São Paulo, Museu Paulista, 1982

- ROMERO, Edgard de Araújo. Circulação do ouro em pó em barra- As casas de fundição. In: *Anais do Museu Imperial*, Num.3. Petrópolis, Museu Imperial, 1942
- ROMEIRO, Adriana. Guerra dos Emboabas. In: ROMEIRO, Adriana & BOTELHO, Ângela Vianna (Orgs.). *Dicionário histórico das Minas Gerais*. Belo Horizonte, Autêntica, 2004
- RUGENDAS, João Maurício. *Viagem pitoresca através do Brasil*. São Paulo, Martins, 1949
- RUSSELL-WOOD, A. J., *O Brasil colonial: o ciclo do ouro, c. 1690-1750*. In: BETHEL, Leslie (Org.). *História da América Latina: A América Latina Colonial*, volume II. São Paulo/Brasília, EDUSP/Fundação Alexandre Gusmão, 1999
- SALMODAL, Manuel Lucena. *Piratas, bucaneros y filibusteros*. Madrid, Editorial MAPFRE, 1992
- SALVADOR, José Gonçalves. *Os cristãos-novos em Minas Gerais durante o ciclo do ouro: relações com a Inglaterra*. São Paulo, Pioneira, 1992
- SILVA, Sebastião de Affonseca e. A fundação do povoado de Desemboque. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*, vol.6. Belo Horizonte, Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, 1959
- SILVA, Eurico. Resumo histórico, geológico e geográfico da Bacia do Rio Paranaíba. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*, vol.9. Belo Horizonte, Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, 1962
- SILVEIRA, Marco Antônio. *O universo do indistinto: Estado e sociedade nas Minas setecentistas (1735-1808)*. São Paulo, HUCITEC, 1997
- _____. Como se deve fazer a guerra: justiça e mercado nas Minas setecentistas. In: *Oficina do Inconfidência*, ano 2, num. 1. Ouro Preto, Museu da Inconfidência, 2001
- SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil*. São Paulo, Nacional, 1938
- SOUZA, Laura de Mello e. *Opulência e miséria das Minas Gerais*. São Paulo, Brasiliense, 1994
- SOUZA, Ricardo Luiz de. Antonil e a escravidão sem mistérios. In: *História & Perspectivas*, n. 29/30. Uberlândia, EDUFU, 2004
- STEIN, Stanley J.. *Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1890*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985
- TAUNAY, Affonso de E.. *História geral das bandeiras paulistas*. São Paulo, Typographia Ideal H.L.Canton, 1929
- _____. *Relatos sertanistas*. Belo Horizonte/São Paulo, 1981
- VALADARES, Virgínia Trindade. *Elites mineiras setecentistas: conjugação de dois mundos*. Lisboa, Colibri/Instituto de Cultura Íbero-Atlântica, 2004
- VASCONCELOS, Diogo de. *História antiga de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1974
- VASCONCELOS, Salomão de. Vida social e política da Vila do Carmo. In *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, vol. 20, num.2. Belo Horizonte, UFMG, 1966

VENÂNCIO, Renato Pinto. Caminho Novo: a longa duração. In *Vária História*, Num.21. Belo Horizonte, UFMG, 1999

_____. Comércio e fronteira em Minas Gerais colonial. In FURTADO, Júnia Ferreira (Org.). *Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2001

VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides mineiras*. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, 1998

VIANA, Hélio. *São Paulo no Arquivo de Mateus*. Rio de Janeiro, Divisão de Publicação e Divisão, 1969

VIANNA, Urbino. *Bandeiras e sertanistas bahianos*. São Paulo: Nacional, 1935

ZEMELLA, Mafalda P. *O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo, HICITEC/EDUSP, 1990